

## O DISCURSO DA PROFESSORA: REPRESENTAÇÃO E TRANSITIVIDADE

Luzia Rodrigues da Silva - UFG<sup>1</sup>

### Introdução

Com este trabalho, proponho-me a apresentar um recorte de uma pesquisa - de caráter metodológico qualitativo e etnográfico - realizada em uma escola pública de Ensino Básico, localizada na cidade de Goiânia, estado de Goiás. Com uma pequena amostragem, o que é próprio a este gênero de escrita, apresento um texto de entrevista – gravado em áudio e transcrito – proferido por uma professora. Indico como são representados os diferentes aspectos do ‘mundo’ dessa profissional, bem como as implicações dessas representações para a construção de sua identidade. Para essa investigação, como suporte teórico-metodológico, recorro à Análise de Discurso Crítica (ADC) - fazendo uso, principalmente, dos trabalhos de Chouliaraki e Fairclough (1999) e de Fairclough (trad., 2001 e 2003a) - e à Linguística Sistêmico-Funcional - LSF - (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004). Parto da perspectiva de que essas duas abordagens estão preocupadas com a relação entre linguagem e sociedade. A linguagem aqui é considerada um sistema aberto que, dialeticamente, interage com os vários domínios da prática social. Tal concepção aponta para a perspectiva de que o texto está relacionado, irremediavelmente, a um contexto. Assim, a análise linguística está veiculada ao caráter social dos textos. Com base nesse princípio, na análise do texto de entrevista, que apresento, enfoco aspectos linguístico-textuais e discursivos que contribuem para a representação e a construção de identidades e, por meio da categoria da transitividade, relacionada à função ideacional proposta por Halliday e Matthiessen (2004), exploro ações, sentimentos, crenças, visões de mundo e valores subjacentes a escolhas léxico-gramaticais presentes na composição do texto. Com esse recurso analítico - a transitividade – e à luz dos princípios que regem a ADC, interpreto aspectos ideológicos, identificando como as ações e atividades humanas são representadas no discurso, que realidade está sendo retratada e como a professora posiciona-se e é posicionada.

A discussão sobre as identidades sociais e de gênero está sustentada em estudos que defendem as identidades como produto das práticas sociais e das relações de poder que estão nessas práticas atravessadas (HALL, 2003; MAGALHÃES, 2005; LAZAR, 2005; TALBOT, 2006; HOLMES e MEYERHOFF, 2006, entre outros).

### 1. Análise de Discurso Crítica (ADC): um modelo teórico-metodológico transdisciplinar

A proposta da Análise de Discurso Crítica (ADC) constitui uma perspectiva teórico-metodológica que estabelece um diálogo entre a Ciência Social Crítica e a Linguística, especificamente a Linguística Sistêmico-funcional. Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 2), trata-se de um diálogo ‘transdisciplinar’. Sobre tal diálogo, os autores ponderam (*idem*, p. 16):

Vemos a ADC trazendo uma variedade de teorias ao diálogo, especialmente teorias sociais, por um lado, e teorias linguísticas, por outro, de forma que a teoria da ADC é uma síntese mutante de outras teorias; não obstante, o que ela própria teoriza em particular é a mediação entre o social e o linguístico – a ‘ordem do discurso’, a estruturação social do hibridismo semiótico (interdiscursividade).

Nesse caso, é uma transdisciplinaridade que focaliza, de forma específica, a relação entre o mundo social e a linguagem. Nessa relação, a linguagem é compreendida como constitutiva da sociedade. Isso

---

<sup>1</sup> Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília – UnB, tendo realizado estágio de doutoramento na Faculdade de Lisboa, Portugal. Professora da Universidade Federal de Goiás. A área de atuação principal é a Análise de Discurso Crítica/ADC. Desenvolve pesquisas voltadas para as identidades de gênero e o letramento no contexto escolar.

significa que a Análise de Discurso Crítica rompe com as fronteiras disciplinares entre a Linguística e as Ciências Sociais, conferindo à linguagem uma dimensão de discurso (FAIRCLOUGH, trad., 2001).

O termo discurso, com base nos pressupostos da ADC, é compreendido como parte da prática social, dialeticamente interconectado a outros elementos (FAIRCLOUGH, 2003a), tais como: o mundo material, as relações sociais, a ação e interação, as pessoas, com suas crenças, seus valores e desejos (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). Nesse sentido, o discurso é determinado pelas estruturas sociais<sup>2</sup>, mas, ao mesmo tempo, tem efeito sobre a sociedade ao reproduzir ou transformar tais estruturas. Assim, o discurso configura-se como um modo de agir sobre o mundo e as/os outras/os e um modo de representar a realidade (FAIRCLOUGH, trad., 2001). Desse modo, sustenta relações de poder<sup>3</sup> e ideologias, mas também as transforma, constituindo relações sociais e identidades.

Em consonância com essa perspectiva, Fairclough (1997) defende que texto, prática discursiva e prática social elucidam a relação dialética entre discurso e estrutura social, numa configuração dos “elos entre a linguagem e a prática social, realçando, ainda, a investigação sistemática das conexões entre a natureza dos processos sociais e as propriedades dos textos linguísticos” (*idem*, p. 83). Dessa maneira, a perspectiva em que se situa essa abordagem favorece a investigação da mudança discursiva em sua relação com a mudança social e cultural, pois os textos são compreendidos na sua relação com as condições sociais, o que envolve as condições imediatas do contexto situacional e as condições das estruturas institucionais e sociais. Com base nesse pressuposto, a ADC tem seu foco voltado para a problematização das práticas sociais, o que a torna reflexiva e emancipatória. Assim, tal abordagem chama a atenção para o sentido crítico que deve pautar as análises, desnudando e questionando os problemas sociais que afetam a vida das pessoas, bem como apresentando contribuições para mudanças. A esse respeito, Fairclough (2003b, p. 185) aponta que:

a ADC é uma forma de ciência social crítica que é concebida como ciência social destinada a lançar luz sobre os problemas que as pessoas enfrentam por efeito das formas particulares da vida social; destinada igualmente a fornecer recursos, com os quais as pessoas se valem para abordar e superar esses problemas.

Instaurando a dialética entre o discurso e as práticas sociais (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999), a ADC se interessa em desvendar questões de poder e ideologia subjacentes ao discurso. Dessa maneira, é relevante examinar como as pessoas podem posicionar-se dentro das práticas sociais e verificar até que ponto elas reproduzem e/ou contestam ordens do discurso<sup>4</sup>. É significativo perceber como as mulheres, envolvidas na construção de significados, constroem suas identidades.

Situadas nas práticas sociais, as pessoas enfrentam conflitos, polêmicas, confrontos, tensões, posto que estão relacionadas a vários outros elementos que constituem tais práticas, o que configura uma relação dialética de articulação e interiorização. Nesse sentido, a análise de textos pode indicar relações e marcas identitárias, ideologias e práticas hegemônicas. Isso envolve dominação, resistência, capacidade ou incapacidade de agência dos sujeitos, o que está associado a um aspecto inerente a toda prática social: a *reflexividade*, que pressupõe, conforme conceito de Giddens (2002), uma contínua construção reflexiva do ‘eu’ e do conhecimento.

## 1.2 A Análise de Discurso Crítica/ ADC e a Linguística Sistêmico-funcional/LSF

Fairclough (trad. 2001 e 2003a) procura estreitar o diálogo entre a ADC e a LSF e se apropriar dessa teoria, adaptando alguns de seus pontos aos objetivos de suas análises. Halliday (1994: xxii), defendendo esse diálogo e uma base complementar que sustenta essas duas abordagens, nota que “a análise do discurso tem sido estruturada sob os estudos do sistema da linguagem. Nesse sentido, a principal razão para estudar o

<sup>2</sup> Para Fairclough (2003a, p. 23), as estruturas sociais são entidades muito abstratas. Pode-se pensar em uma estrutura social (tal como uma estrutura econômica, uma classe social, um sistema de parentesco ou uma língua) em termos da definição de um potencial, um conjunto de possibilidades.

<sup>3</sup> Segundo Foucault (1979: XIV), “o poder, rigorosamente falando, não existe, não é um objeto, uma coisa, mas uma relação social. Existem sim, práticas ou relações de poder. O poder é algo que se exerce, efetua-se, que funciona como maquinaria social que não está situada em lugar exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social”.

<sup>4</sup> Ordem do discurso é um conceito de Foucault (trad., 1996). A ordem do discurso “refere-se à totalidade de práticas discursivas em uma sociedade ou instituição, à inter-relação entre as práticas, às articulações e rearticulações entre elas” (MAGALHÃES, 2000, p. 91).

sistema é à luz do discurso (...) somente iniciando do sistema podemos ver o texto, em seus aspectos, como um processo”.

Tal diálogo é inegável, posto que não se pode deixar de considerar o caráter funcional da LSF em sua interpretação dos textos<sup>5</sup>, do sistema e dos elementos da estrutura linguística. Ela é voltada para a descrição da linguagem como uso em determinado contexto, pois se entende que é o uso da linguagem que molda o sistema. Assim, a maneira como a língua é utilizada varia de situação para situação, o que implica a relação entre o texto e o contexto, que interagem mutuamente, numa relação dinâmica e de permanente mudança.

Halliday e Matthiessen (2004) defendem a perspectiva de que a LSF valorizam a teoria da linguagem pautada na metafuncionalidade, que permite perceber a linguagem presente no texto como representante e constitutiva das identidades e das práticas sociais. As metafunções são assim nomeadas por esses autores: *ideacional, interpessoal e textual*. Sob essa perspectiva, a linguagem é compreendida como um sistema de significados que são construídos com base em metafunções, que dão conta, segundo tais autores, dos modos de usos da linguagem.

Destaco, neste trabalho, a *função ideacional*, que, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004), está relacionada à representação da realidade; ela refere-se ao uso da linguagem para representar a nossa experiência do mundo. É realizada na oração pelo sistema da *transitividade*, constituído de três elementos experienciais básicos: os *Processos, os Participantes e as Circunstâncias*. *Processos* são itens lexicais que expressam uma ação, um evento, um estado, um processo, um sentimento, um existir. *Participantes* são os elementos que se associam aos *Processos* para indicar quem age, sente, existe, fala, encontra-se em dado estado. *Circunstâncias* são os elementos que exprimem modo, tempo, lugar, entre outros.

Fairclough (2003a), ao ampliar o diálogo entre a ADC e a LSF, opta por tratar de três tipos principais de significado – *Acional, Representacional e Identificacional* – em vez de falar em macrofunções. Ele relaciona a multifuncionalidade da linguagem ao tripé que sustenta sua obra: *gêneros, discursos e estilos* e aos três modos principais pelos quais o discurso figura como uma parte da prática social: *modos de agir, modos de representar, modos de ser*. Esse autor defende que os significados, por ele definidos, estão co-presentes nos textos, numa relação dialética, da mesma forma que as macrofunções, na perspectiva da LSF. Ele postula uma correspondência entre ação e gêneros, representação e discursos, identificação e estilos.

Para fins deste trabalho, focalizo minha análise no significado representacional, conforme as perspectivas de Fairclough (2003a), que dialoga com a metafunção ideacional de Halliday e Matthiessen (2004).

Fairclough (2003a) relaciona o significado representacional ao conceito de discurso como modos de representação de aspectos do mundo, os quais podem ser representados diferentemente, de acordo com a perspectiva de mundo adotada. Conforme esse autor (*idem*, p.124):

Diferentes discursos são diferentes perspectivas do mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo, o que, por sua vez, depende de suas posições no mundo, de suas identidades pessoal e social, e das relações sociais que elas estabelecem com outras pessoas.

De acordo com suas posições, dentro de qualquer prática, os atores sociais percebem e representam a vida social, com diferentes discursos e produzem representações de outras práticas, bem como representações ‘reflexivas’ de sua própria prática. Tais representações são configuradas, para esses atores, em consonância com o modo como eles se posicionam e são posicionados.

Uma das categorias de análise que corrobora com a representação dos atores sociais é a *interdiscursividade*<sup>6</sup>, que é aplicada neste trabalho. Por meio dessa categoria, pode-se identificar os diferentes discursos articulados e a forma como são articulados em um texto (FAIRCLOUGH, trad. 2001, 2003a; CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999).

Ao se relacionarem com as/os outras/outros, os atores sociais empregam diferentes recursos e um deles corresponde aos discursos. Tanto os discursos como os atores sociais podem complementar-se, podem cooperar uns com os outros, competir uns com os outros, dominar os outros. Essas relações dialógicas ou

<sup>5</sup> Para Halliday (1994, p.339), “um texto não é um mero reflexo do que está além dele; é um parceiro ativo na construção da realidade e nos processos de transformação da realidade”.

<sup>6</sup> Em Fairclough (2001; 2003a - no glossário), a interdiscursividade também está relacionada à articulação de outros elementos de ordens do discurso, como os gêneros e estilos.

polêmicas são um modo pelo qual os textos mesclam diferentes discursos. São elas, também, estabelecidas pelos textos entre seus ‘próprios’ discursos e os discursos dos/as outros/as (FAIRCLOUGH, 2003a).

Olhar para os textos de um ponto de vista representacional, segundo Fairclough (2003a), implica investigar a representação dos atores sociais. Esse autor, estabelecendo um diálogo com Van Leeuwen (1997), apresenta algumas variáveis que correspondem às escolhas disponíveis para tal representação: Inclusão ou exclusão: quais atores são incluídos e ou excluídos; Ativo ou passivo: como os atores sociais são representados - de modo ativo (como ator no Processo) ou passivo (como afetado ou beneficiário); Pronome ou nome: se os atores sociais são realizados como um pronome ou como um nome; Pessoal ou impessoal: se os atores sociais são representados pessoal ou impessoalmente; Nomeado ou classificado: se os atores sociais são nomeados (representados pelo nome) ou classificados (representados em termos de classe ou categoria); Específico ou genérico: se os atores são classificados, deve-se verificar se são representados especifica ou genericamente.

A *representação dos atores sociais* é também uma das categorias utilizadas na análise do texto apresentado neste trabalho. Tal categoria pode ser diretamente relacionada à *função ideacional* e ao *sistema da transitividade* (HALLIDAY E MATTHIESSEN, 2004) e seus elementos: *Participante*, *Processo* e *Circunstância*.

Desses elementos experienciais, o Processo ocupa um lugar central, visto que confere o tom experiencial a esse mesmo enunciado. Halliday e Matthiessen (2004, p.170) apresentam, primeiramente, três tipos de Processos: *material*, *relacional* e *mental* que constituem um grupo predominante no âmbito da Gramática da Transitividade, configurando, respectivamente, as três instâncias básicas da experiência: (1) ações e eventos, (2) estados e relações abstratas entre elementos do mundo real e ainda (3) registros mentais da nossa experiência interior. Complementando essas facetas da experiência, esses autores (op. cit, p. 171) elencam mais três outros Processos: *verbal*, *comportamental* e *existencial*. Os Processos verbais são aqueles que expressam formas de dizer ou constroem o dizer; os existenciais são a representação de algo que existe ou acontece; já os Processos comportamentais exprimem comportamentos físicos e psicológicos.

## 2. As identidades: uma construção social

A discussão sobre as identidades está imbricada aos estudos da ADC, segundo a qual um dos efeitos constitutivos do discurso é o de contribuir para a construção de identidades sociais. Como acentuam Shotter e Gergen (1989), as pessoas têm suas identidades construídas de acordo com o modo por meio do qual se vinculam a um discurso – no seu próprio e nos discursos dos outros.

Essa discussão tem despertado interesse de um grande número de estudiosos que entendem as posições identitárias associadas às intensas mudanças sociais, culturais e econômicas, características da modernidade posterior, que provocam rupturas nas estruturas antes estáveis. Nesse contexto, a discussão sobre as identidades sugere o pressuposto: as identidades pós-modernas estão sendo descentradas, deslocadas, fragmentadas (HALL, trad., 2003). É relevante, portanto, examinar as mudanças das práticas sociais, investigando as identidades de gênero, com foco nas vozes femininas que se posicionam e são posicionadas em meio a essas mudanças, como sujeitos de práticas sociais..

Afetadas pelas mudanças, de âmbito global, local e pessoal, as identidades, antes consideradas fixas e imutáveis, tornaram-se fluidas e desestabilizadas. Isso porque, construídas histórica e socialmente, estão sempre num estado de fluxo (RAJAGOPALAN, 1998; HALL, 2003). Filiando-se a essa perspectiva, Holmes e Meyerhoff (2006, p. 11) defendem: as identidades de gênero devem ser consideradas “como um construto social em vez de uma categoria social ‘dada’ para a qual as pessoas estão designadas. O gênero é tratado como a realização e o produto da interação social”.

Com base nessa concepção e considerando o cenário de mobilidade e de transformação, Fairclough (trad., 2001) defende que os discursos não apenas refletem ou representam identidades e relações sociais; eles as constroem ou as constituem, sendo, portanto, representação, ação e identificação (FAIRCLOUGH, 2003a). Dessa maneira, investigar o discurso, com base nessa perspectiva, é analisar como as/os participantes estão agindo no mundo e construindo a sua realidade social e a si mesmas/os.

Desse modo, não se pode deixar de reconhecer a inter-relação discurso e identidade, pois a construção das identidades implica a interação entre os sujeitos agindo em práticas sociais nas quais estão posicionados (CASTELLS, trad., 2002). Implica, ainda, a influência de fenômenos externos afetando

“aspectos da intimidade dos sujeitos, modificando vidas e o modo de ser de cada um deles” (VIEIRA, 2005, p. 209).

Tais fenômenos estão relacionados à distribuição dos recursos simbólicos a qual “é interconectada com as relações de poder derivadas de um contexto histórico profundamente afetado por desigualdades sociais de gênero, classe social, etnia e raça” (MAGALHÃES, 2005b, p. 108). Isso significa que, mesmo que as identidades estejam em contínua construção e, por mais rápido que seja esse processo, existe descompasso em relação a essa mudança e à evolução global que dificultarão a construção identitária da mulher da pós-modernidade (VIEIRA, 2005).

### 3. Como a professora auto-representa-se?

Como defende Louro (2004, p. 98), “as representações de professoras e professores dizem algo sobre esses sujeitos, delineiam seus modos e traços, definem seus contornos, caracterizam suas práticas”. É nessa perspectiva que apresento, no exemplo abaixo, um excerto do relato da professora Madalena<sup>7</sup> que muito tem a dizer sobre a representação que faz de si mesma.

Tal excerto foi fruto de uma seção de entrevista em que, na condição de entrevistadora, fiz, entre outras, a seguinte pergunta: Que motivos levaram você a se tornar professora? (SILVA, 2008).

Eu fui levada a ser professora. Eu acredito que eu devo ter alguns aspectos positivos no exercício profissional, mas eu me sinto assim muito frustrada. Eu estou em uma altura da minha vida, faltando uns dez anos pra aposentar, e eu não estou com coragem de enfrentar isso aí. Procuro uma tábua de salvação pra mim. Não é isso que eu quero. Nunca trabalhei com escola particular. Também, nunca abriram as portas pra mim Tudo aqui é o mundo de obstáculos, o mundo que eu não consigo transpor. Eu preciso disso pra sobreviver, mas no dia-a-dia, eu sinto angústia. Às vezes, quem olha pra aula pensa que está tudo bem, mas não está, eu acho que está tudo errado na educação. Eu acho que professor não é ouvido, é escutado tudo, menos a voz do professor. Então, você trabalha, você pelega, você faz de tudo e quando chega no final do ano... não é que eu estou querendo como prêmio o castigo do aluno, ou a reprovação do aluno. Não é isso. É que eu sinto que aquele aluno não tem como ser aprovado, mas o sistema quer que ele seja aprovado, isso dói na gente. Então, é uma série de pedrinha que a gente encontra no caminho e eu me sinto impotente diante de tudo isso. Então, você aceita do jeito que está ou então você deixa, e eu já deveria ter saído faz tempo, mas eu acho que essa acomodação é questão própria da minha vida pessoal. O tempo foi passando e agora não sei como devo fazer. Mas você encontra muito professor que não faz nada... então é a questão da classe. A classe é muito acomodada, porque os professores deveriam fazer mais um pouquinho na sala de aula, mas eles não fazem, não fazem nem dentro do possível.

(Professora Madalena)

Na primeira oração ‘*Eu fui levada a ser professora*’, a professora, por meio do Processo Material ‘*fui levada*’, atribui-se um papel passivo. Como assinala van Leeuwen (1996, p. 187), “a ativação ocorre quando os atores sociais são representados como forças ativas e dinâmicas numa atividade, e a passivação quando são representados como ‘submetendo-se’ à atividade, ou como sendo ‘receptores dela’”. O Participante ‘*Eu*’ assume a condição de *afetado*. Assim, mesmo fazendo uso de um Processo Material, a professora não se põe como agente da atividade anunciada. Ao contrário, ela se representa como receptora de tal atividade, que é realizada por outro. Desse modo, a escolha linguística, que poderia atribuir ao sujeito um caráter dinâmico e ativo, restringe-o a sentidos de passividade.

Essa representação limitada em dinamismo por parte do sujeito social é reforçada em todo o relato, que, com raras exceções, é destituído da ocorrência de Processos Materiais, o que indica limitações com relação às ações e ao movimento. As poucas orações construídas com tais Processos, que têm a professora como Participante, expressam polaridade negativa, como em: ‘*Nunca trabalhei em escola particular*’. Tal

<sup>7</sup> Por se tratar de dados de uma Pesquisa etnográfica, que, por uma questão ética, defende a preservação da identidade dos sujeitos, todas as referências às pessoas são realizadas por meio de pseudônimos. Madalena é uma professora do Ensino Básico de uma escola pública da cidade de Goiânia – Go.

construção sugere um apagamento do sentido de agência, posto que o Processo Material *‘Trabalhei’* vem acompanhado de um elemento que expressa negação, *‘Nunca’*.

Há também o caso explicitado em *‘Então, você trabalha, você pejeja, você faz de tudo e quando chega no final do ano...’* Aqui, ao construir as orações com Processo Material, a professora esconde-se atrás de um *‘você’* genérico, ofuscando a agência, pois, nesse caso, não é ela que faz as coisas acontecerem, mas um *‘você’*, aquela/e de caráter universal. É também exemplo desse caso a construção: *‘Então, é uma série de pedrinha que a gente encontra no caminho’*. O Processo Material *‘encontra’* é precedido do pronome de caráter genérico *‘a gente’*.

Esse sentido de imobilidade e apassivação (FAIRCLOUGH, 2003a) é, ainda, reforçado pelo sentimento de impotência e de limitação à instauração de mudanças, como nos fragmentos: *‘tudo aqui [a escola] é o mundo de obstáculos, o mundo que eu não consigo transpor; (...) e eu me sinto impotente diante de tudo isso; (...) mas eu acho que essa acomodação é questão própria da minha vida pessoal’*. Além de expressar, mais uma vez, polaridade negativa em *‘não consigo transpor’*, estão sequenciadas aqui orações que configuram a representação de uma mulher que se encontra com suas capacidades para o exercício da liberdade e da autonomia reduzidas, sugerindo estado de dominação e impossibilidade de romper com formas culturais que a constroem. Nesse sentido, é possível dizer que se trata de uma professora que se encontra limitada para a negociação e a transformação do contexto em que está situada, o que indica dificuldade de agência, pois, conforme concepção de Inden (1990, *apud*, HOLLAND et al, 1998, p. 42), esse termo está relacionado à capacidade de as pessoas agirem, com propósito e de forma reflexiva, em seus mundos, revelando poder para mudá-lo.

Expressando-se afetada por uma incapacidade de agir em seu mundo social, a professora Madalena, com as orações *‘mas eu acho que essa acomodação é questão própria da minha vida pessoal’*, apresenta uma justificativa para essa sua incapacidade. Com o Processo Relacional *‘é’*, essa professora estabelece uma relação entre duas entidades *‘essa acomodação’* e *‘questão própria da minha vida pessoal’*. Desse modo, configura-se a crença na concepção de identidades essencializadas, o que implica um sentido de identidades estáticas, irreversíveis e alheias às mudanças, contrariando a noção de que as identidades, como postula Rajagopalan (1998), são construídas em processos linguísticos sociais de natureza ideológica e podem ser transformadas..

Cabe destacar que, mesmo se auto-representando, por meio dos Processos Mentais, com sentimentos de insatisfação em relação ao contexto profissional, como em *‘(...) mas eu me sinto assim muito frustrada; (...) mas, no dia-a-dia, eu sinto angústia’*, a professora não se direciona à mudança de tal contexto, pois ela mesma expressa: *‘Procuro uma tábua de salvação pra mim’*. Nesse caso, fazendo uso de uma metáfora, a professora indica a maneira de representar a sua condição no mundo. Para ela, as perspectivas de mudança ocorrem na dimensão do individual, expressa pelos termos *‘pra mim’*. Ocorrem, ainda, como algo mágico, que não depende de lutas, interações, movimento e envolvimento. Além disso, há um pressuposto que configura a crença de que as identidades são construídas alheias às implicações do espaço social.

As metáforas, como defendem Lakoff e Johnson (2002), estão infiltradas na vida cotidiana das pessoas, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Elas, segundo Fairclough (trad., 2001), têm a propriedade de construir nossa realidade de uma maneira e não de outra, o que sugere filiação a uma maneira particular de representar aspectos do mundo e de identificá-los. Ao se utilizar de um sentido metafórico, a professora Madalena se investe de uma potencialidade carregada de abstração, abrindo um contraponto com o Processo Material *‘Procuro’*. Desse modo, o que poderia significar uma ação concreta acaba por diluir-se no plano do imaginário.

A ideia de enfraquecimento da agência também está expressa em *‘Então, você aceita do jeito que está ou então você deixa, e eu já deveria ter saído faz tempo’*. Novamente, o elemento genérico *‘você’* está presente, obscurecendo a inclusão do sujeito no evento. Além disso, as duas possibilidades postas pela professora – *‘você aceita do jeito que está ou então você deixa’* – implicam a sua anulação como sujeito de mudança, o que é confirmado pela escolha que ela faz – *‘e eu já deveria ter saído faz tempo’*. O Participante *‘eu’* é enfraquecido em sua agência – sugerida pelo Processo Material *‘ter saído’* – com a inserção do modalizador *‘deveria’*. Vale enfatizar que as possibilidades apresentadas por Madalena não contemplam sentidos que envolvem ação e mudança.

É preciso destacar a supressão do elemento indicador de agência nas duas construções com Processos Relacionais: *‘(...) o professor não é ouvido; é escutado tudo, menos a voz do professor’*. Não há uma referência do agente social, daquele que não ouve/escuta a voz do *‘professor’*. O que esta escolha linguística pode significar? Penso que ela abre a possibilidade para dizer que a professora cala-se diante da força que a constroem, pois, como aponta Cameron (1992, p. 7): “o silêncio é um símbolo de opressão”. Isso implica o pressuposto de que as identidades construídas para as mulheres são baseadas no estereótipo do

silenciamento que está associado às forças de domínio social, pois, conforme defende Orlandi (1995, p. 134), o silenciamento relaciona-se à “materialidade histórica presente nos processos de significação, de uma forma que na reprodução já não há reprodução, na interdição dos sentidos, já estão sentidos outros”.

Há que se ressaltar, também, a forma genérica com que a professora, em seu discurso, representa os atores sociais as/os professoras/es, como em *‘Mas você encontra muito professor que não faz nada... então é a questão da classe. A classe é muito acomodada, porque os professores deveriam fazer mais um pouquinho na sala de aula, mas eles não fazem (...)’*. Essa escolha implica o apagamento das peculiaridades que marcam os atores sociais. Como sugere Fairclough (2003a, p. 201): “a representação genérica contribui para a universalização hegemônica de uma representação particular”, legitimando, assim, uma determinada crença que, no caso, reproduz a desvalorização do/a professor/a. É curioso perceber que a professora não se inclui como ator social. É ‘a classe’ dos/as professores/as, um outro, que é acomodada e são ‘eles’, ‘os professores’, que ‘não fazem nada’. Isso implica uma tensão interdiscursiva em relação ao discurso anterior, em que a professora representava-se acomodada e desprovida da capacidade de ação.

A representação que Madalena faz do ‘Professor’, da ‘classe’ [dos professores] sugere uma visão estereotipada desse sujeito social, pois associado, respectivamente, aos termos *‘que não faz nada’* e *‘muito acomodada’* é representado conforme práticas hegemônicas de sentidos discriminatórios e redutores. Talbot (2006, p. 468) afirma que “estereotipar alguém é interpretar seu comportamento, sua personalidade com base a um conjunto de atribuições de senso comum que são aplicadas a todo um grupo” e isso implica simplificação e naturalização.

Nessa sua construção, a professora utiliza-se do masculino genérico. Essa escolha aponta para um discurso de auto-exclusão e invisibilidade das mulheres. Além disso, ao fazer tal uso, a professora não questiona os significados socialmente construídos, não contesta a forma com que tais significados representam-na. Ao contrário, ela os aceita ou mesmo reproduz um discurso de valor ideológico em que o masculino é considerado prioritário, naturalizando, dessa maneira, modos de invisibilidade e de apagamento do feminino. Isso indica uma posição identitária que está alheia às implicações políticas que envolvem o uso da língua, pois, como defende Magalhães (2006, p. 83):

o masculino genérico não é apenas uma questão da língua na medida em que a língua é padronizada em um contexto social que envolve uma rede de práticas e uma relação de hierarquia entre os grupos sociais como ainda é o caso da relação entre mulheres e homens. Certamente, os efeitos sociais do masculino genérico nos textos contribuem para moldar as identidades de gênero.

O uso do masculino genérico indica que a professora continua aceitando passivamente ou mesmo reproduzindo modelos opressores ideologicamente veiculados e interiorizados, consentindo uma ordem social que “sistematicamente privilegia homens como um grupo social e retira vantagens, exclui e enfraquece as mulheres como grupo social” (LAZAR, 2005, p. 5). Isso se aproxima da afirmação de que são as mulheres cúmplices de sua própria opressão e instaura a inferioridade institucionalizada da mulher, a valorização de uma prática em detrimento à outra, além da violação da própria identidade (POYNTON, 1989).

É importante ressaltar que, em raros momentos do relato, a professora sugere marcas da reflexividade. Os Processos mentais, que poderiam expressar esse traço, quase sempre, limitam-se à representação de sentidos voltados apenas para a insatisfação da professora diante de uma situação que não consegue transformar. A reflexividade está relacionada à capacidade de o sujeito refletir sobre suas práticas, seu mundo social e se reposicionar, pois a reflexão pode conduzir à mudança (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, GIDDENS, 2002). Todavia, a professora não analisa criticamente a influência dos contextos diversos na sua construção identitária. Ela não avança muito em relação a uma visão crítica sobre a sua realidade e o contexto em que está situada. Desse modo, não consegue minimizar os conflitos e ascender aos limites de sua posição.

## Conclusão

Para Fairclough (2003a, p.124), o significado representacional está relacionado ao conceito de discurso “como modos de representar aspectos do mundo – os processos, as relações e as estruturas do mundo material, ‘o mundo mental’ dos pensamentos, dos sentimentos, das crenças e assim por diante, e o mundo social”. Dessa maneira, os discursos serão resultados das diferentes perspectivas de mundo das pessoas, do ‘lugar’ em que elas se posicionam, ou são posicionadas, em seus contextos sociais, e das relações

sociais que são estabelecidas. A professora Madalena, em seu discurso, representa o mundo como ela o vê e como ela o sente, projetando, assim, desejos, interesses, frustrações, insegurança, impotência. Em seu discurso, estão interiorizadas crenças e valores veiculados a uma representação que indica limitação no que se refere à agência.

Tal limitação, também, está expressa nos poucos avanços que a professora faz em relação à reflexividade. A dimensão reflexiva poderia lhe favorecer a abertura para a produção de transformações sociais e culturais; poderia, ainda, potencializá-la a atribuir novas formas a convenções existentes, e isso poderia contribuir para articular e rearticular práticas sociais (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999). Porém, limitada em sua criatividade e reflexividade, a professora é restringida na capacidade de agência e, desse modo, é submetida às forças sociais que a constroem.

Madalena não adere a uma práxis crítica (LAZAR, 2005), o que é evidenciado, por exemplo, na reprodução de formas linguísticas de domínio, como o caso do masculino genérico. Ela não contesta práticas naturalizadas, não demonstrando maneiras de atuação no mundo social que visem à resistência e à mudança. É no reverso desse posicionamento que o discurso poderia tornar-se uma prática emancipatória (FAIRCLOUGH, trad., 2001), implicando o fortalecimento das pessoas, o que indicaria que as posições identitárias não são fixas. Isso abre para a significação de que as identidades podem reposicionar-se, pois são capazes de romper com as forças sociais que as constroem e com o ciclo de reprodução e de dominação (SIGNORINI, 1998) que configura suas vidas sociais. Além disso, se revestidas do sentido de agência, as identidades podem demonstrar, como assinala Cameron et al. (1992: 19), que “o poder não é monolítico e que não vai somente em uma direção”.

## Referências bibliográficas

- CAMERON, D. *Feminism and linguistic theory*. 2. ed. Londres: Macmillan Press, 1992.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Trad. K. B. Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. R. (Org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. p. 77-103.
- \_\_\_\_\_. *Discurso e mudança social*. Coord. Trad. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres e Nova York: Routledge: 2003a.
- \_\_\_\_\_. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, R. & MEYER, M. (Org.). *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003b. p. 179-204.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Trad. R. Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Trad. P. Dientzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- HALL, S. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Trad. Tomaz. Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. Londres: Edward Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. Oxford, Londres: Edward Arnold, 2004.
- HOLLAND, D. et al. *Identity and agency in cultural worlds*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1998.
- HOLMES, J.; MEYERHOFF, M. (Orgs.). *The handbook of language and gender*. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishers, 2006.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado de Letras/Educ, 2002.
- LAZAR, M. Politicizing gender in discourse: feminist critical discourse analysis as political perspective and praxis. In: LAZAR, M. (Org.). *Feminist critical discourse analysis: gender, power and ideology in discourse*. Houndmills, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005, 56-64.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- MAGALHÃES, I. Escrita e identidades. In: MAGALHÃES, I. (Org.). *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília: Thesaurus/Nelis/Ceam/UnB, v. 7, p. 106-118, 2005.

- MAGALHÃES, I. Discurso, ética e identidades de gênero. In: MAGALHÃES, I; CORACINI, M.J.F.; GRIGOLETTO, M. (Orgs.). *Práticas identitárias: língua e discurso*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 71-96.
- ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1995.
- POYNTON, C. *Language and gender: making the difference*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, I. (Org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1998. p. 21-45.
- SHOTTER, J. e GERGEN, K. J. *Texts of identity*. Londres: Sage Publications, 1989.
- SIGNORINI, I. (Org.). *Lingua(gem) e identidade*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1998.
- SILVA, L.R. da. *As identidades femininas: discurso e letramento no contexto escolar*. Brasília:, 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- TALBOT, M. Gender stereotypes: reproduction and challenge. In: HOLMES, J.; MEYERHOFF, M. (Orgs.). *The handbook of language and gender*. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishers, 2006. p. 468-486.
- VAN LEEUVEN, T. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, E. R. (Org.). *Análise crítica do discurso: Uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.
- VIEIRA, J. A identidade da mulher na modernidade. *D.E.L.T.A.* São Paulo: EDUC, v. 21, n. Especial, p. 207-238, 2005.